



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 77

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE JUNHO DE 1998**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa constata a presença de Vinte senhores Deputados e temos que ouvir a palavra do Grito da Terra.

Se Vossa Excelência insiste na verificação de votação, procedo.

O SR. TOTI COLAÇO

Atendendo a Vossa Excelência, declino.

O SR. 1º SECRETÁRIO -

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 221/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Do Programa de Fomento ao Desenvolvimento das
Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

Art.1º- Fica criado o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná que assegura a elas tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial conforme estabelecido nesta lei.

Capítulo II

Da Definição de Microempresa e
Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - Microempresa, a pessoa jurídica ou a firma individual regularmente constituída e a esse título inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que promova operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual que promova operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação e com receita bruta anual acumulada igual ou inferior a R\$60.000 (sessenta mil reais).

II- Empresa de pequeno porte é pessoa jurídica ou a firma individual regularmente constituída e a esse título inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que promova operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação e com receita bruta anual acumulada superior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º - O contribuinte submetido ao regime de que trata esta lei que, a qualquer momento do período de apuração, apresentar receita bruta anual acumulada superior a R\$720.000,00 (setecentos e

vinte mil reais) e inferior a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) poderá, ainda, no mesmo exercício, manter-se enquadrado como empresa de pequeno porte, na última faixa de classificação prevista no Anexo I desta Lei, observado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 2º - A microempresa que, no decorrer do exercício, apresentar receita bruta anual acumulada superior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e igual ou superior a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), será automaticamente reclassificada, para o exercício seguinte, como empresa de pequeno porte, de acordo com a respectiva faixa de classificação.

§ 3º - A empresa de pequeno porte que, no decorrer do exercício, apresentar receita bruta superior ou inferior aos limites previstos para a sua faixa de classificação e inferior a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) será automaticamente reclassificada para o exercício seguinte, de acordo com a sua nova faixa de classificação.

§ 4º - O disposto nos parágrafos anteriores não se aplica à microempresa e à empresa de pequeno porte que, no decorrer do primeiro ano de atividade, ultrapassarem o limite inicialmente previsto para a sua faixa de classificação, hipótese em que serão automaticamente reclassificada, no mesmo exercício e passarão a recolher o imposto pelo percentual correspondente a sua real faixa de classificação, observado o disposto no § 5º deste artigo e no artigo 17.

§ 5º - A mudança de faixa de classificação, nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 4º, não dispensa o pagamento da diferença do imposto porventura devido e, em nenhuma hipótese, autoriza a restituição de importância já recolhida em razão da classificação anterior.

§ 6º - A existência de mais de um estabelecimento dentro do Estado não descaracteriza a microempresa e a empresa de pequeno porte, desde que a soma da receita bruta de todos os estabelecimentos da empresa não exceda os limites fixados nos incisos deste artigo e suas atividades, consideradas em conjunto, enquadrem-se nas normas desta Lei.

Art. 3º - Para efeito de apuração da receita bruta anual será considerado o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.

§ 1º - A receita bruta anual da microempresa será apurada com base:

I - no custo dos produtos vendidos, acrescidos das despesas do estabelecimento, inclusive da aquisição de energia elétrica e do recebimento de serviços de transporte e de comunicação, e da margem de lucro líquida a ser estabelecida pelo Poder Executivo, relativo a cada setor de atividade econômica;

II - no custo das mercadorias vendidas, acrescido das despesas do estabelecimento, inclusive

da aquisição de energia elétrica e do recebimento de serviços de transporte e de comunicação, e da margem de lucro líquida a ser estabelecida pelo Poder Executivo, relativo a cada setor de atividade econômica;

III - no custo dos serviços prestados, acrescido das despesas do estabelecimento, inclusive da aquisição de energia elétrica e do recebimento de transporte e de comunicação, e da margem de lucro líquida a ser estabelecida pelo Poder Executivo, relativo a cada setor de atividade econômica;

IV - no preço do serviço cobrado, na geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação ou recepção de comunicação de qualquer natureza, por qualquer processo.

§ 2º - o valor constante nos documentos fiscais, ou o lançado na escrita final ou contábil, se for o caso, prevalecerá sobre o valor apurado na forma do parágrafo anterior, se superior.

§ 3º - A apuração da receita bruta da empresa de pequeno porte será feita acumulando-se, mensalmente, o valor total de todas as operações ou prestações realizadas.

§ 4º - A receita bruta apurada na forma do parágrafo anterior compreenderá todas as receitas operacionais auferidas pela empresa.

Art. 4º - Verificado o início ou o encerramento da atividade no decorrer do período a que se refere o "caput" do artigo anterior, o limite da receita bruta será apurado proporcionalmente aos meses de efetivo funcionamento.

Parágrafo Único - A apuração proporcional da receita bruta não se aplica a empresa que exerça atividade tipicamente transitória, devidamente comprovada nos documentos fiscais e nos de sua constituição.

Art. 5º - Não serão considerados, para efeito de apuração da receita bruta anual, os valores correspondentes:

I - às entradas de bens e mercadorias destinadas ao ativo permanente, inclusive o serviço de transporte com eles relacionado, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 3º;

II - às operações de devolução de mercadoria para a origem e às transferências de mercadoria para outro estabelecimento da mesma empresa, situado no Estado, nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 3º.

Capítulo IV

Do Enquadramento e do Reenquadramento

Seção I

Do Enquadramento

Art. 6º - São requisitos para enquadramento no regime de que trata esta lei:

I - para empresa em atividade, declaração formal do titular ou do representante legal junto à Secretaria de Estado da Fazenda, de que a receita bruta realizada no ano anterior, apurada na forma do art. 3º, foi igual ou inferior aos limites fixados no art. 2º, observado o disposto no art. 10;

II - para empresa que venha a iniciar atividade, declaração formal do titular ou do representante legal, junto à Secretaria de Estado da Fazenda, de que a receita do ano em curso, apurada na forma do art. 3º, não excederá os limites fixados no art. 2º, observada a proporcionalidade em relação aos meses de efetivo funcionamento e o disposto no art. 10.

Art. 7º - O enquadramento de microempresa e de empresa de pequeno porte será efetuado na forma definida em regulamento, observado o disposto no art. 13.

§ 1º - Para a microempresa em início de atividade, o Poder Executivo dispensará, no primeiro ano de funcionamento, tratamento diferenciado e simplificado para efeito de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

§ 2º - O regime previsto nesta lei para a empresa em início de atividade aplica-se a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do enquadramento.

Seção II

Do Reenquadramento

Art. 8º - A empresa que exceder o limite de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), para a receita bruta anual, poderá, mediante requerimento, reenquadrar-se a partir do segundo exercício seguinte, sem prejuízo do recolhimento normal do ICMS relativo às operações ou prestações realizadas a contar da data do desenquadramento até a do Reenquadramento.

Art. 9º - O reenquadramento da microempresa ou da empresa de pequeno porte que tenha sido desenquadrada, na forma prevista nos §§ 4º ou 5º do art. 16, poderá ser autorizado por mais uma única vez, depois de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos contados da data do desenquadramento, mediante comprovação do pagamento integral do crédito tributário porventura devido ou, se for o caso, da reparação do dano ambiental causado.

Capítulo V

Das Vedações

Art. 10 - Exclui-se do regime previsto nesta lei a empresa:

I - que participe ou cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, salvo se a receita bruta anual global das empresas interligadas se situar dentro dos limites fixados no art. 2º;

II - que possua estabelecimento situado fora do Estado;

III - de transporte ou o transportador autônomo que, mediante contrato, preste serviço para outra empresa transportadora;

IV - que tenha débito inscrito em dívida ativa, em seu nome ou em nome do seu titular ou representante legal, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

V - que seja responsável ou cujo titular ou representante legal, no exercício de sua atividade econômica, seja responsável pela prática de infração à legislação ambiental;

§ 1º - O disposto no inciso I não se aplica à participação da microempresa ou da empresa de pequeno porte em centrais de compras, em consórcio de exportação ou de venda no mercado interno.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, exclusivamente para as empresas que optarem pelo regime de que trata esta lei, parcelamento de crédito tributário formalizado até 30 de abril de 1.998, em 60 (sessenta) parcelas mensais, com juros de 1% (um por cento) ao mês e com parcela mínima de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - A vedação a que se refere o inciso V prevalecerá pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da prática da infração e desde que a empresa ou, se for o caso, o titular ou representante legal tenha comprovado a reparação do dano ambiental causado, se houver.

§ 4º - A vedação a que se refere o inciso II não se aplica a sucursal que seja vendida e, em razão disso, sofra mudança na sua razão social, mesmo que continue com marca sob a forma de franquia.

Capítulo VI

Do Tratamento Tributário e Fiscal

Seção I

Do Tratamento Tributário Aplicável à Microempresa

Art. 11 - A microempresa definida nos termos desta lei fica sujeita ao pagamento mensal do ICMS no valor correspondente a R\$25,00 (vinte e cinco) reais.

Seção II

Do Tratamento Tributário Aplicável à Empresa de Pequeno Porte

Art. 12 - A empresa de pequeno porte definida nos termos desta lei fica sujeita ao pagamento

mensal do ICMS, que será apurado mediante a aplicação do percentual fixado no Anexo I desta lei, para a sua faixa de classificação, sobre a média mensal da receita bruta apurada no trimestre anterior, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º - Para efeito de recolhimento do imposto devido no trimestre em que ocorrer a opção pelo regime previsto nesta lei e, se for o caso, no trimestre seguinte, observado o disposto no § 4º deste artigo, deverá ser considerada a receita estimada pelo contribuinte para:

I - o primeiro trimestre e a projeção para o trimestre seguinte, quando a opção for efetuada no primeiro ou no segundo mês do trimestre;

II - o trimestre seguinte, quando a opção for efetuada no terceiro mês do trimestre.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, será promovido o acerto em função da diferença apurada entre a receita estimada e a efetivamente auferida, na forma definida em regulamento.

§ 3º - Na apuração da receita bruta trimestral, exclusivamente para os efeitos de cálculo do imposto e do abatimento do depósito mencionado no art. 22, não serão considerados os valores referentes a:

I - saída de mercadoria adquirida com o imposto retido por substituição tributária;

II - operação e prestação amparadas pela não-incidência do ICMS;

III - saída de mercadoria que tenha sido objeto de ação fiscal em razão do disposto no inciso VIII do art. 14;

IV - saída de mercadoria realizada com suspensão do ICMS;

V - prestação de serviço de transporte iniciada em outra unidade da Federação.

§ 4º - Para efeito da apuração na forma prevista no "caput" ou no § 1º deste artigo serão considerados os trimestres de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro.

Seção III

Das Disposições Gerais Relacionadas com o Tratamento Tributário e Fiscal

Art. 13 - O regime previsto nesta lei será adotado, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema atual de apuração do ICMS, sendo vedados, nesse caso, a apropriação de crédito ou o destaque do imposto nos documentos fiscais que emitir.

§ 1º - Exercida a opção prevista no "caput" deste artigo, o regime adotado deverá ser aplicado a todos os estabelecimentos do mesmo contribuinte.

§ 2º - Exercida a opção de que trata este artigo, o contribuinte deverá permanecer no sistema adotado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, vedada

a alteração antes do término do exercício, ressalvadas as hipóteses de desenquadramento previstas no art. 16.

Art. 14 - A modalidade de pagamento prevista nesta lei não se aplica a:

I - prestação ou operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária;

II - recolhimento do imposto devido por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, em virtude de substituição tributária;

III - mercadoria existente em estoque por ocasião da baixa de inscrição;

IV - entrada, no estabelecimento, de bens ou de mercadoria para uso, consumo ou ativo permanente, ou utilização subsequente tributada pelo imposto;

V - entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a uso, consumo ou ativo permanente do estabelecimento, e serviço iniciado ou prestado no exterior;

VI - entrada, em território paranaense, decorrente de operação interestadual de petróleo, lubrificante e combustíveis líquidos ou gasosos dele derivados, bem como de energia elétrica, quando não destinados a comercialização ou industrialização;

VII - aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal ou acobertada com documento falso ou inidôneo;

VIII - operação ou prestação de serviço desacobertadas de documento fiscal ou com documento falso ou inidôneo.

Art. 15 - A microempresa e a empresa de pequeno porte são obrigadas, na forma e nos prazos fixados em regulamento, sem prejuízo das demais exigências legais a:

I - fazer cadastramento fiscal;

II - conservar, para exibição ao Fisco, todos os documentos relativos aos atos negociais que praticarem, inclusive os relacionados com as despesas, observados os prazos decadenciais;

III - prestar as declarações exigidas pelo Fisco inclusive com vistas à preservação da quota-parte do ICMS devida aos municípios;

IV - emitir regularmente documento fiscal para acobertar operação ou prestação que realizarem, vedado, em qualquer hipótese, o destaque do ICMS;

V - pagar o imposto devido na forma e nos prazos estipulados na legislação tributária.

Parágrafo Único - A microempresa e a empresa de pequeno porte poderão ser dispensadas da escrituração normal de livros fiscais e da emissão dos demais documentos fiscais, conforme dispuser o regulamento.

Capítulo VII

Do Desenquadramento

Art. 16 - Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte aquela que:

I - deixar de preencher os requisitos para seu enquadramento, em razão de superveniência de situação prevista no art. 10;

II - apresentar receita bruta superior ao limite de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais);

III - praticar, de forma reiterada, as seguintes infrações:

a) omitir informação a autoridade fazendária, com vistas a suprimir ou reduzir tributo;

b) deixar de recolher, no prazo legal, na qualidade de sujeito passivo de obrigação, valor de tributo, descontado ou cobrado, que deveria recolher aos cofres públicos;

c) adquirir ou manter em estoque mercadoria desacobertada de documento fiscal relativo à sua aquisição ou acobertada com documento falso;

d) adquirir ou manter em estoque mercadoria acobertada com documento inidôneo, salvo se o fato for espontaneamente comunicado ao Fisco e comprovado o efetivo recolhimento do imposto, antes da ação fiscal;

e) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatória, nota fiscal ou documento equivalente, referente a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação;

f) deixar de registrar, no livro Registro de Entradas, documento referente a aquisição de mercadoria a serviço, no prazo fixado em regulamento.

IV - praticar ato qualificado em lei como crime contra a ordem tributária além dos previstos neste artigo;

V - praticar ato ou realizar atividade considerados lesivos ao meio ambiente, sem prejuízo da obrigação de reparar o dano causado e das comunicações legais cabíveis;

VI - constituir pessoa jurídica por interposta pessoa que não seja o verdadeiro sócio ou acionista, ou o titular;

VII - causar embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livro e documento de exibição obrigatória;

VIII - opuser resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou da firma individual ou onde se encontrem bens de sua posse ou propriedade.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, a microempresa e a empresa de pequeno porte comunicarão o fato à repartição fazendária de sua

circunscrição no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência.

§ 2º - O ICMS incidente sobre operação ou prestação promovidas após o fato determinante do desenquadramento será recolhido no prazo previsto em regulamento.

§ 3º - Caracteriza a prática de forma reiterada, prevista no inciso III a constatação, pela terceira vez, mediante ação fiscal, da prática de infração, idêntica ou não, mencionada em qualquer alínea do referido inciso.

§ 4º - Em qualquer das hipóteses previstas no inciso III o desenquadramento será determinado de ofício e retroagirá à data da prática da infração que lhe deu origem, sem prejuízo de outras medidas de fiscalização e, se for o caso, da ação penal cabível.

§ 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos IV a VIII, o desenquadramento será determinado de ofício e retroagirá à data da prática da infração, sem prejuízo de outras medidas de fiscalização e, se for o caso, da ação penal cabível.

Capítulo VIII

Das Penalidades

Art. 17 - A pessoa jurídica ou a firma individual que, sem observância desta lei, se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte ficam sujeitas às seguintes consequências:

I - havendo espontaneidade na denúncia do fato:

a) pagamento do ICMS devido, desde a data do enquadramento, pelo sistema normal de apuração do imposto, com todos os acréscimos aplicáveis à mora previstos na Lei nº...;

b) cancelamento do cadastramento fiscal como microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - sendo a irregularidade apurada pelo Fisco:

a) multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor devido a título de imposto, sem qualquer redução, além do previsto nas alíneas do inciso anterior;

b) multas por descumprimento de obrigação acessória, previstas na Lei nº... mesma, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 18 - A pessoa jurídica ou a firma individual que, tendo perdido a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, por ultrapassar o limite de receita bruta de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) ou por superveniência de situação impeditiva prevista no art. 10, se mantiverem enquadradas no regime desta lei ficam sujeitas às seguintes consequências:

I - havendo espontaneidade na denúncia do fato:

a) pagamento do ICMS devido, pelo sistema normal de apuração do imposto, relativo à operação praticadas após o fato determinante do enquadramento, com todos os acréscimos aplicáveis à mora, se for o caso;

b) cancelamento do cadastramento fiscal como microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - sendo a irregularidade apurada pelo Fisco:

a) multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor devido a título de imposto, sem qualquer redução, além do previsto nas alíneas do inciso anterior;

b) multas por descumprimento de obrigação acessória, previstas em regulamento, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 19 - Nos casos em que a irregularidade se refira à falta de pagamento do ICMS em decorrência de inadequada classificação nas faixas de receita bruta anual, constantes no Anexo I desta lei, também será exigido o tributo relativo à diferença apurada, com os acréscimos legais.

Capítulo IX

Das Cooperativas de Produtores Artesanais e dos Comerciantes Ambulantes

Seção I

Da Definição

Art. 20 - Poderão enquadrar-se, no regime previsto nesta lei, as cooperativas de produtores artesanais e de comerciantes ambulantes que realizem operação em nome dos cooperados, assim definidas as pessoas físicas, sem estabelecimento fixo, que, individualmente, apresentem receita bruta anual igual ou inferior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Seção II

Do Tratamento Tributário e Fiscal Aplicável às Cooperativas de Produtores Artesanais e de Comerciantes Ambulantes

Art. 21 - As cooperativas de produtores artesanais e de comerciantes ambulantes, observado o disposto em regulamento, deverão:

I - requerer inscrição coletiva no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

II - pagar, mensalmente, o ICMS devido pelos cooperados, apurado mediante a aplicação do percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre a média mensal da receita bruta global apurada no trimestre anterior;

III - emitir documentos fiscais;

IV - entregar, trimestralmente, demonstrativos de apuração do ICMS;

V - entregar, anualmente, declaração de movimentação econômica e fiscal;

VI - informar, trimestralmente, as movimentações de filiados ocorridas em seu cadastro;

VII - manter sistema de controle das operações, individualizado por cooperado.

§ 1º - Fica isenta a saída de mercadoria de propriedade do cooperado e a ele destinada, quando promovida pela cooperativa de que faça parte, nas condições previstas no artigo anterior.

§ 2º - As cooperativas de que trata o artigo anterior respondem, solidariamente com seus cooperados, pelas obrigações decorrentes de operação por eles realizada.

Capítulo X

Dos Abatimentos

Seção I

Da Política de Estímulo ao Emprego

Art. 22 - A empresa de pequeno porte poderá abater, mensalmente, o ICMS devido o valor resultante da aplicação do percentual previsto no Anexo II desta lei, correspondente ao número de empregados regularmente contratados, tornando-se como base o último dia de cada trimestre do período de apuração do imposto, observado o disposto no art. 25.

Parágrafo Único - A utilização do benefício previsto neste artigo dependerá de comprovação da regular situação dos empregados, nos âmbitos previdenciários e trabalhista.

Seção II

Da Política de Estímulo à Capacitação Gerencial e Profissional

Art. 23 - A empresa de pequeno porte poderá abater, mensalmente, do ICMS devido no período 50% (cinquenta por cento) do valor despendido a título de treinamento gerencial ou de pessoal, vinculado a sua atividade econômica, observado o disposto no art. 25.

Parágrafo único - A utilização do benefício de que trata este artigo dependerá de comprovação, junto à autoridade fazendária, do efetivo dispêndio, mediante apresentação do recibo de pagamento.

Seção III

Da Política de Estímulo ao Investimento em Novas Tecnologias

Art. 24 - A empresa de pequeno porte poderá abater, mensalmente, do ICMS devido no período 35% (trinta e cinco por cento) do valor despendido a título de investimento em máquinas, equipamentos,

instalações ou aquisição de novas tecnologias necessários ao desenvolvimento de sua atividade econômica, observado o disposto no art. 25.

§ 1º - A utilização do benefício de que trata este artigo dependerá de apresentação da nota fiscal de aquisição e da imobilização do bem pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contado da data de sua aquisição, observado o seguinte:

I - ocorrendo a venda do equipamento em prazo inferior a 1 (um) ano a contar da data de sua aquisição, o abatimento de que trata o "caput" deste artigo deverá ser anulado integralmente, no mesmo período em que for efetuada a venda;

II - na hipótese do inciso anterior, o valor equivalente ao dos abatimentos efetuados deverá ser recolhido, monetariamente atualizado, por meio de documento de arrecadação distinto, no prazo fixado em regulamento.

§ 2º - A transferência de propriedade do bem, a qualquer título, suspende, automaticamente, a utilização do benefício correspondente ao bem objeto da transferência, observado, se for o caso, o disposto nos incisos I e II do parágrafo anterior.

§ 3º - Na aquisição de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF -, cuja utilização tenha sido autorizada pela autoridade fazendária, o limite de abatimento a que se refere este artigo será de 100% (cem por cento) do valor de aquisição, observado o seguinte:

I - o benefício alcança também o valor dos acessórios necessários ao funcionamento do equipamento, inclusive o leitor ótico de código de barras;

II - o abatimento deverá ser efetuado a partir do mês em que se verificar o início da efetiva utilização do equipamento;

III - ocorrendo a venda do equipamento em prazo inferior a 2 (dois) anos a contar do início da sua efetiva utilização, o abatimento de que trata este parágrafo deverá ser anulado integralmente, no mesmo período em que for efetuada a venda;

IV - na hipótese do inciso anterior, o valor equivalente ao dos abatimentos efetuados deverá ser recolhido, monetariamente atualizado, por meio de documento de arrecadação distinto, no prazo fixado em regulamento.

§ 4º - A transferência de propriedade do ECF, a qualquer título, suspende automaticamente a utilização do benefício correspondente à aquisição do equipamento, observado, se for o caso, o disposto nos incisos III e IV do parágrafo anterior.

Seção IV

Das Disposições Gerais Relacionadas com os Abatimentos

Art. 25 - O total dos abatimentos referidos nos arts. 23 e 24 não poderá ultrapassar 50% (cinquenta

por cento) do valor mensal devido a título de ICMS, devendo o eventual excedente ser transferido para os meses subsequentes.

§ 1º - O direito aos abatimentos previstos nos arts. 22 a 24 fica condicionado ao recolhimento tempestivo do ICMS.

§ 2º - Verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses de desenquadramento previstas no art. 16, a microempresa e a empresa de pequeno porte terão cancelados, automaticamente, os benefícios previstos neste capítulo.

§ 3º - Verificada infração definida no inciso III do art. 16, serão suspensos os benefícios previstos neste capítulo, a partir do recebimento do auto de infração até a quitação ou o parcelamento do crédito tributário decorrente.

§ 4º - para os fins desta Lei, a suspensão de benefícios caracteriza-se pela perda do direito aos abatimentos das parcelas que seriam deduzidas do ICMS devido, na forma deste capítulo, durante período em que vigorar a suspensão.

Capítulo XI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 26 - Os valores expressos nesta lei serão corrigidos anualmente, adotando-se, para isso, o mesmo índice utilizado para a correção dos tributos federais.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará os valores atualizados na forma deste artigo até o quinto dia útil do mês de janeiro de cada ano.

Art. 27 - A Secretaria de Estado da Fazenda poderá propor convênio a ser celebrado com entidade representativa de classe de contribuintes, visando à simplificação de procedimentos relacionado com o cadastramento fiscal de microempresa e empresa de pequeno porte.

Parágrafo Único - A baixa de inscrição estadual independe de baixa em qualquer outro órgão público devendo o interessado entregar, na repartição fazendária, os livros e documentos fiscais exigidos para as providências cabíveis.

Art. 28 - Os órgãos da administração pública direta e indireta do Estado dispensarão tratamento especial a microempresas e empresa de pequeno porte, assim definidas nesta lei, na compra de material de consumo e de equipamento permanente.

Art. 29 - Ressalvado o disposto nesta lei, aplicam-se a microempresa e a empresa de pequeno porte, no que couber, as demais normas relativas ao ICMS.

Art. 30 - Até o prazo fixado pelo Poder Executivo para o exercício da opção de que trata o art. 13, ficam mantidas as microempresas e as empresas de pequeno porte que se achem enquadradas na forma da lei, facultada a antecipação da opção mediante o atendimento das condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 31 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 32 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.98.
(a) SÉRGIO SPADA

Table 1: ANEXO I (Artigo 12)

FAIXA	RECEITA BRUTA ANUAL	PERCENTUAL (%)
1	de 60.000,00 a 300.000,00	0,5
2	de 300.000,01 a 500.000,00	1
3	de 500.000,01 a 600.000,00	1,5
4	de 600.000,01 a 700.000,00	2,0
5	de 700.000,01 a 800.000,00	2,5

Table 2: ANEXO II (Artigo 23)

Número de empregados	Desconto em percentual (%)
1	4
2	8
3	12
4	16
5	20
de 6 a 9	23
de 10 a 15	26
de 16 a 20	28
acima de 20	30

PROJETO DE LEI Nº 222/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º - Os serviços públicos prestados pela Administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado são considerados adequados quando prestados com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, economicidade e cortesia.

§ 1º - As tarifas atenderão ao princípio da modicidade e serão fixadas com motivação.

§ 2º - As disposições desta Lei se aplicam aos serviços públicos executados por terceiros, qualquer que seja a forma pela qual tenham sido contratados ou atribuídos.

Art. 2º - As reclamações relativas à prestação dos serviços, prevista no parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição Federal, poderá ser formulada por qualquer usuário, efetivo ou potencial, ante a ocorrência ou a iminência de descumprimento de lei ou

contrato, ou de lesão a direito próprio ou de terceiros.

§ 1º - A reclamação será dirigida à autoridade ou ao órgão público responsável pela prestação do serviço.

§ 2º - Em caso de serviço prestado por terceiro, a reclamação poderá ser dirigida, alternativa ou concomitantemente, ao prestador direto e ao Poder Público.

§ 3º - Quando a reclamação for apresentada verbalmente, deverá, de imediato, ser reduzida a termo.

§ 4º - O reclamante deverá receber no ato protocolo da reclamação no qual devem constar a data, o órgão, o nome do servidor que a recebeu ou reduziu a termo e o número de sua autuação, devendo o mesmo informar o objeto de sua manifestação, seu nome e endereço completos.

Art. 3º - A autoridade ou órgão público a quem for dirigida a reclamação é obrigada a:

I - imediatamente, averiguar a procedência da reclamação;

II - em caso de procedência da reclamação, fixar prazo razoável, ante as exigências da segurança e do interesse público, para a correção da irregularidade;

III - no prazo de 15 (quinze) dias, informar ao reclamante, por escrito, o resultado das averiguações e as providências tomadas.

§ 1º - Se a correção da irregularidade for prevista para período superior a 15 (quinze) dias, o reclamante será informado, também:

I - do tempo estimado para sua efetivação, no mesmo prazo do inciso III do "caput";

II - da efetiva correção da irregularidade, quando ocorrer.

§ 2º - Quando a reclamação for dirigida ao terceiro, prestador direto do serviço, este deverá:

I - imediatamente, após receber a reclamação, remeter cópia à autoridade ou ao órgão público que o fiscalize;

II - no mesmo prazos, cumprir as mesmas obrigações atribuídas neste artigo ao Poder Público.

Art. 4º - Serão responsabilizados a autoridade, o servidor e o terceiro prestador direto do serviço que:

I - não acolheram ou não deram tramitação à reclamação;

II - não fizeram as comunicações ou não cumprirem os prazos estipulados no artigo anterior;

III - de qualquer forma, não tomarem as providências que lhes estejam afetas.

Art. 5º - Os Poderes do Estado providenciarão para que, em 15 (quinze) dias da publicação da lei,

todas as unidades administrativas que recebam público ou prestem serviços diretos à população, afixem o texto integral da lei em local visível.

Parágrafo Único - Os terceiros prestadores de serviço públicos por delegação, concessão ou permissão deverão ser notificados da promulgação deste Lei, em 15 (quinze) dias, pela autoridade a qual estejam vinculados, para que também disponibilizem seu texto aos usuários dos serviços que prestam.

Art. 6º - A autoridade ou órgão público deverá, também no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade, atender, por escrito, pedidos formulados por cidadãos nos termos dos incisos XXXIII e XXXIV, do artigo 5º, da Constituição Federal.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.98

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A proposição visa outorgar ao cidadão instrumento de defesa de direitos quando vier a utilizar serviços públicos prestados pelos poderes do Estado. O projeto está consonante com os esforços gerais que se fazem para a melhoria da prestação dos serviços públicos e parte do pressuposto de que o usuário desse serviços é um consumidor que os remunera através do pagamento de tributos.

A qualidade na prestação dos serviços é um dever do Estado e um direito da cidadania. Importa considerar que a institucionalização de instrumentos democráticos de acesso à informação e à reclamação constituem-se em meios para que o próprio Estado possa cumprir com rigor suas finalidades essenciais. Ambos os casos, direito à reclamação e à informação, são direitos consagrados na Constituição da República e requerem um texto legal que lhes dê a concreta regulamentação.

Ao aprovar a proposta a Assembléia Legislativa do Paraná estará dotando o Estado de um regramento eficaz para que o cidadão exerça seu direito constitucional e, ao mesmo tempo, estará possibilitando ao administrador zeloso meio para que faça valer este direito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Nos termos do requerimento aprovado por esta Casa, concedemos a palavra a um representante do Grito da Terra, por dez minutos.

O representante do Grito da Terra pode comparecer à tribuna.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ângelo Vanhoni, enquanto aguardaremos o representante do Grito da Terra.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros trabalhadores e proprietários rurais, micro-produtores do interior do nosso Estado, que hoje estão aqui presentes para mais uma vez cobrar atitudes do Governo do Estado do Paraná, do Governo Federal, no que diz respeito à liberação, entre outras reivindicações da liberação de recursos e apoio a micro-empresa familiar na área da agricultura.

Sejam bem vindos!

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à tribuna para levantar uma questão que me parece importante que seja registrada aqui na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Ontem à noite, no município de Pinhais, perto de 2 mil trabalhadores, representantes da população em geral, compareceram à Câmara de Vereadores da cidade de Pinhais. Lá aconteceu uma votação muito importante, um Projeto, de uma mensagem do Prefeito Zico, da cidade de Pinhais, e a população foi acompanhar esta votação. A cidade de Pinhais vive problemas gravíssimos. Falta de postos de saúde, desemprego crescente na cidade como em toda a Região Metropolitana as ruas esburacadas, falta de creche para a mãe trabalhadora, uma desassistência por parte da administração pública, pelas questões essenciais da vida dos habitantes da cidade de Pinhais.

E ontem assistimos um Projeto ser votado na Câmara de Pinhais, que nos dias de hoje e pela realidade social que o Município apresenta, nos parecer completamente descabida. O Prefeito mandou o Projeto para a Câmara de Vereadores, propondo a criação de 48 cargos em comissão, que daria um total de 120 mil reais por mês de despesa para a cidade de Pinhais. Fico me perguntando: será que a insensibilidade do Prefeito é tão grande, que neste momento em que a cidade passa por dificuldades do ponto de vista social gravíssimo, o Prefeito ao invés de pegar esses recursos e vejam a quantia, 120 mil reais por mês. Cada posto de saúde, cada creche que possa abrigar 90 crianças uma creche custa 80 mil reais com todo o equipamento de cozinha e manutenção das crianças.

Quer dizer, o município de Pinhais que já tem poucos recursos para investir na solução de problemas básicos da vida humana, decide, num momento grave como esse que estamos passando, aumentar cargos da estrutura administrativa que não têm vinculação direta com o benefício social da população. Se o Prefeito tivesse mandado um Projeto que onerasse os Cofres Públicos em 120 mil

reais, mas tivesse criando médicos, dentistas, atendentes de creches, professores, escolas, salas de aula, saneamento básico, poderíamos entender a necessidade do município de contrair recursos humanos para atender as necessidades básicas da população de Pinhais. É uma vergonha o que está acontecendo nos municípios da Região Metropolitana, sobretudo na região de Pinhais. Quando o Prefeito de uma maneira insensível, de costas para os problemas sociais gravíssimos que passa a nossa Região Metropolitana, decide, no momento como esse, criar cargos com salários altíssimos de três mil e seiscentos reais para cada assessor de gabinete da Prefeitura.

Por isso vale a pena fazer o registro. Iremos acompanhar de perto a possibilidade de entrar com uma ação popular para impedir que essa lei entre em vigor e a contratação desses técnicos, que entendemos ser desnecessário, possa ser realizada no município de Pinhais. Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao representante do "Grito da Terra" o Sr. Marcos Rochinski por dez minutos.

O SR. MARCOS ROCHINSKI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Agricultores e Agricultoras Familiares aqui presentes nesta Sessão.

Primeiramente gostaria de manifestar, em nome de todos os agricultores e agricultoras familiares, a insatisfação nossa em ver o Plenário da Assembléia Legislativa um tanto vazio quando um setor tão importante no desenvolvimento do Estado do Paraná vem visitar e conhecer como que se dão os trabalhos e as decisões mais importantes, do ponto de vista político, na Assembléia Legislativa.

Nós agricultores e agricultoras familiares estamos realizando pelo quinto ano consecutivo o "Grito da Terra Brasil".

Não podemos dizer que, nesse longo período de lutas não tivemos conquistas, porque, com certeza, obtivemos. Uma das principais conquistas coloca-se justamente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É um programa que surgiu a partir das mobilizações dos agricultores e agricultoras familiares. Mas, esse programa ainda é insuficiente para atender todas as demandas colocadas para os agricultores familiares de todo esse imenso país. No que se refere ao Estado do Paraná, nós, como não é muito diferente do ano passado quando estivemos aqui, estamos com pontos bem concretos na nossa pauta de reivindicações. E, gostaríamos que os Senhores Deputados entendessem a situação de descaso que passa a agricultura familiar e olhassem com sensibilidade para

todo esse setor, discutindo, aprovando as políticas que venham atender as nossas necessidades. Hoje infelizmente, estamos colocados diante de uma realidade que nos assusta ainda mais do que no ano passado. Vemos um Projeto de Lei tramitar nessa Casa onde propõem a privatização do BANESTADO. Para nós agricultores e agricultoras familiares isso é um fato de grande insatisfação, pois sabemos que, com a privatização do BANESTADO muitos agricultores e a população de um modo geral ficarão sem atendimento bancário e com maior dificuldade de ter acesso as políticas de crédito rural.

Queremos manifestar a nossa indignação em relação a esse projeto que propõe a privatização do BANESTADO. E queremos conchamar a todos os Deputados no sentido de retomar a apreciação do projeto que apresentamos no ano passado, onde colheu a assinatura de mais de 20 Deputados, e é o projeto que institui o Fundo Público de Apoio à Agricultura Familiar. Para que se viabilize, precisamos que o Governo do Estado tenha um canal efetivo de ligação e de repasse desse crédito aos agricultores familiares. Por isso, queremos manifestar que é importante que o BANESTADO continue sendo um instrumento público nas mãos do Estado para viabilizar o crédito através da aprovação do FUNDAF, através do BANESTADO aos agricultores familiares.

Esse Projeto do FUNDAF, estivemos discutindo com vários Deputados no ano passado, na Comissão de Agricultura, com o Secretário da Agricultura, com o Governo do Estado e todos se manifestaram favoráveis à aprovação do Projeto, porém, o projeto continua engavetado. Gostaríamos de dizer que a agricultura familiar hoje se coloca como instrumento dos mais importantes no desenvolvimento desse Estado. Acho que ninguém pode negar a importância desse setor para o desenvolvimento do Estado, porém, precisamos que vocês, políticos, líderes, olhem com bons olhos, definindo políticas que venham nos atender. Queremos continuar produzindo alimentos, queremos continuar no campo, porém precisamos de algumas políticas básicas.

O Programa Paraná 12 meses se coloca como um programa importante para a agricultura familiar hoje no Estado, mas é um programa que é insuficiente para atender as demandas, é um programa de governo que está sendo anunciado desde o primeiro ano do governo Lerner e que está, na verdade, sendo efetivado parte dele nos últimos 9 meses do governo Lerner. Não podemos mais continuar na agricultura familiar, vivendo de programas em programas. Vem o Panela Cheia, vem o Paraná Rural, vem o Paraná 12 meses e a agricultura familiar cada vez mais sofrendo e cada vez mais agricul-

tores tendo que abandonar as suas terras e procurar melhores alternativas nas cidades.

Precisamos de um programa de Estado, precisamos aprovar esse Fundo e gostaríamos de conchamar os Senhores Deputados para que retomem a discussão do FUNDAF, aprovando o FUNDAF, destinado recursos para que consigamos continuar produzindo alimentos nas nossas propriedades.

A agricultura familiar hoje se coloca como uma das principais fontes de geração de emprego e renda nos pequenos municípios, é uma fonte de sustentação dos comércios dos pequenos, médios municípios. Não apostar na agricultura familiar Senhores Deputados, é apostar na falência de um monte de municípios no Estado do Paraná. Queremos deixar claro isso e muitos e muitos municípios, prefeitos e vereadores têm conversado com as lideranças dos trabalhadores rurais e dito que dão apoio ao movimento e porque temos razão. Sem agricultura familiar não há desenvolvimento nos pequenos municípios e parece que o Governo do Estado é surdo em relação a essas questões. Vê o povo reclamando, vê os agricultores familiares se mobilizando, reivindicando. Vê os prefeitos colocando a situação de desestruturação dos seus municípios, vê agricultores familiares tendo que deixar as suas propriedades para virem em busca de outras formas de sobrevivência nas grandes cidades e fecha os olhos para essa situação. Prefere destinar recursos para outros setores e não investir no desenvolvimento da agricultura familiar. Para nós está colocado que a estratégia do Governo do Estado hoje, é investir no desenvolvimento do Estado de uma forma, investir na grande industrialização, é investir no desenvolvimento do Estado de uma outra forma, é investir na grande industrialização, é investir em grandes grupos multinacionais que vêm explorar o capital que a gente tem no Estado do Paraná. E somos totalmente contrários a esta forma de desenvolvimento. Queremos manifestar, aqui, que queremos o desenvolvimento sim do Estado do Paraná. Mas queremos o desenvolvimento através do apoio às pequenas agroindústrias, às pequenas iniciativas e tendo sempre como base de sustentação do Projeto de desenvolvimento, a agricultura familiar como ponto de partida para o fortalecimento e desenvolvimento local. Assim, a partir do desenvolvimento local, desenvolvendo, de fato, o Estado do Paraná, para que o Estado do Paraná retome o seu crescimento e venha a ser um Estado exemplar no desenvolvimento de toda Nação brasileira.

Gostaria de dizer que temos alguns projetos que estão tramitando, aqui, na Assembléia Legislativa, como é o caso do projeto das agroindústrias artesanais, onde temos uma comissão negociando com a Comissão de Agricultura. E esse processo deve se fortalecer ainda mais, daqui para frente,

com mais entidades, com mais agricultores participando. E a exemplo dessa discussão sobre a lei da agroindústrias, espero que este ano a gente saia com alguma coisa concreta, um projeto que realmente se destine para os agricultores familiares. Outros projetos, a exemplo do FUNDAF, devem seguir este mesmo caminho, sendo aprovados para viabilizar nós, agricultores familiares, nas nossas propriedades.

Somos agricultores familiares e temos orgulho, com certeza, de alimentar esta Nação. Mas queremos ser tratados, Srs. Deputados, com dignidade e respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos agricultores de todo o Paraná que nos dão a honra de fazer parte deste sessão na tarde de hoje e que vêm, mais uma vez, a Curitiba, para o seu grito, o Grito da Terra. Levantam-se, com muita razão, pelo descaso que os sucessivos governos, a nível de País, tratam a agricultura familiar.

O Paraná é um Estado que tem mais de 350 mil pequenos produtores responsáveis pela produção de 65% do leite na Região Sul do Paraná, 70% da mandioca, 62% do feijão, 60% do milho, 52% das aves, 41% da soja e 33% de bovinos. Estes dados revelam a capacidade de resistência que tem a agricultura familiar, apesar do descaso sucessivo dos Governos deste País. Revela, também, a importância que tem a agricultura familiar, para que possamos construir um novo modelo econômico, mais harmônico, com mais justiça, com mais distribuição de renda.

Sabemos que, na pequena produção, mesmo aquelas famílias que auferem uma renda bruta pequena, durante o ano, elas sobrevivem melhor do que na cidade, porque na sua propriedade podem ter o sustento da própria terra - o arroz, o feijão, a batatinha, o frango, a carne, e fica mais fácil.

O lugar mais barato de se gerar um emprego no Brasil é na agricultura. Mas, parece que este Governo no Brasil não entende isso. Em função desse descaso, e apesar da resistência da agricultura familiar, milhares de pequenos agricultores são obrigados a deixar suas terras, dia após dia, ano após ano. O êxodo rural é intenso e nas cidades proliferam o sofrimento, a desigualdade, a exclusão social. Porque no atual modelo tecnológico que vivemos, não existe mais emprego e pelo modelo econômico do governo brasileiro, o desemprego é cada vez maior, porque as indústrias brasileiras vão

à falência pela abertura discriminada das fronteiras do País. O avanço tecnológico desemprega a mão-de-obra, e não há alternativa.

Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores, temos feito uma das principais bandeiras da nossa luta. A bandeira da reforma agrária e do apoio e incentivo à pequena produção familiar, como forma de criar, como diz, um novo modelo econômico, mais harmônico e mais igual entre as pessoas.

Por isso, subimos a esta tribuna esta tarde, para manifestar o nosso total e irrestrito apoio à luta de vocês, e alegria por estarem, mais uma vez, se mobilizando, e fazendo com que as autoridades constituídas deste País e deste Estado tenham sensibilidade para com o problema da agricultura familiar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, fruto de um esforço coletivo, de lideranças de agricultores, lideranças sindicais, da CUT Rural, do MST, de técnicos da EMATER, junto com os Deputados desta Assembléia, fizemos um projeto no ano passado, depois de muito estudo, chamado FUNDAF. É um projeto que cria um Fundo de Apoio à Agricultura Familiar no Paraná, para que seja, como bem disse o companheiro Marcos, há pouco tempo, um programa, não de um governo, mas de todos os governos, um compromisso de Estado no Paraná, que mude, inclusive, nossa Constituição Estadual, para que cada ano sejam destinados recursos do Orçamento do Estado do Paraná para a agricultura familiar, em função da importância que têm, como já disse, as mais de 350 mil famílias da agricultura familiar, a importância estratégica que tem para o Estado do Paraná. Ahamos e defendemos que deva existir um programa de governo, um fundo de apoio à agricultura familiar.

Os técnicos, juntamente com nossos Deputados, apresentaram um projeto, que prevê que no mínimo 1,5% da produção agropecuária anual do Estado do Paraná, seja destinado ao apoio à agricultura familiar, através do fundo de aval, através de crédito de custeio e investimento.

Este é um projeto de extrema importância para aqueles que querem um desenvolvimento mais justo e mais harmônico. Infelizmente, o projeto até o hoje não foi votado.

Aproveito este momento, para fazer um apelo ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado Valdir Rossoni, que há mais de dois meses pediu vistas do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, e pedimos ao Deputado Rossoni, já conversamos com ele várias vezes para que traga o projeto para discussão e votação nesta Casa. Esperamos que com parecer favorável, que o Governo se sensibilize. Ele, como Líder do Governo, faça com que o Governador do Estado, Secretário de Agricultura e Abastecimento, se sensibilizem com este problema, e que

possamos votar ainda este ano, com a máxima urgência, o FUNDAF.

Em função disso, fizemos um requerimento em nome da Bancada do PT, na tarde de ontem, e foi aprovado, para colocar o FUNDAF em regime de urgência. Foi aprovado. Esperamos, então, em função disso, inclusive, que o Líder do Governo agilize o processo, que venha o projeto para votação e todos possamos aprovar.

Sabemos que vivemos num País de extrema desigualdade. Ontem, estiveram aqui os representantes da Federação da Agricultura, da Sociedade Rural, que são aqueles que têm muita terra em oposição aos que não têm terra nenhuma, ou os que têm pouca terra.

E sabemos, estudos técnicos, científicos, mostram claramente que a grande propriedade, se teoricamente pode ser mais produtiva que a pequena, teoricamente, na realidade, não é. Porque o grande proprietário, como é detentor de capital, ele atua e age sobre a terra, conforme os interesses imediatos. No momento em que ele não espera lucratividade na lavoura, ele pega o seu capital e coloca a render juros na poupança ou compra ações na indústria.

O pequeno produtor, ao contrário, a única coisa que ele tem é a terra, ele forçosamente produz, por pior que sejam as condições, até que chega o momento que não tem mais o que fazer, tem que vender sua terra e ir para a cidade.

Em função dessa injusta distribuição da terra, em função da falta de apoio à pequena produção, o Brasil que é um País continente, um País que tem a população 4 ou 5 vezes maior que a população argentina, produz 80 milhões de grãos, enquanto a Argentina produz 60 milhões de grãos, uma população muito menor e uma área de cultivo muito menor.

Uso o horário da Bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Já há Deputado inscrito e o seu tempo já está encerrado e ultrapassado em 2 minutos.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Podemos dividir o tempo da Bancada do PT, eu e o Deputado Péricles? Uso, depois, metade do tempo só.

O SR. PÉRICLES MELLO

Os dados são estarrecedores. Um País que tem 850 milhões de hectares de terras, dessas terras, em função de existir a Amazônia e algumas outras questões, temos 360, 370 milhões de terras agricultáveis. No entanto, só 70 milhões de hectares produzem no Brasil. Isso é uma coisa absurda.

Países como a China, conseguem sustentar através da mão-de-obra familiar, mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas.

País como o Japão, que também faz uso da agricultura familiar, consegue sustentar a enorme população com a agricultura familiar, com subsídios do governo.

Infelizmente, o nosso país, do tamanho do Brasil, faz o quê? Expulsa os pequenos agricultores, destrói e coloca na falência a pequena produção familiar.

É triste quando chegamos na Região Sul do Estado do Paraná - sou de Ponta Grossa, portanto tenho uma possibilidade maior, conheço melhor a problemática da Região Sul, quando chegamos em São João do Triunfo, numa festa da comunidade, os lavradores nos disseram que há 10 anos atrás, todas aquelas colinas estavam cheias de plantações. Hoje, já não se planta mais, porque estão sem esperanças, as pessoas abandonaram e foram embora.

Em Ponta Grossa, tinha uma reunião no sábado, até coincidentemente, 20 famílias que vieram embora de São João do Triunfo e estão ocupando irregularmente uma área de terra, porque vieram nas maiores dificuldades, tiveram que abandonar a agricultura por falta de incentivo.

Então, queremos fazer do grito de vocês o nosso grito. E esperamos que o Sr. Governador do Estado, o Presidente da República, escutem esse grito da terra e que tenham sensibilidade.

Um Governo que entrega rodovias por 24 anos, que vão render, em média, por mês, só de pedágio, nos 24 anos, mensais, 47 milhões de reais, é o que o pedágio vai arrecadar por mês, em média, 47 milhões de reais. Se este Governo arrecadar esse dinheiro, poderia contratar as empresas para construírem as mesmas obras e podia colocar uns 10, 20% para criar o FUNDAF e dar recursos para o pequeno produtor. Basta ter boa vontade e sensibilidade política e não ter compromisso com as grandes empreiteiras que enriquecem às custas do sofrimento do povo e geram um País com tantas desigualdades.

Nosso apoio e o nosso apelo aos Deputados desta Casa, ao Governo do Paraná, para que, de forma rápida e imediata, possamos aprovar o Fundo de Apoio à Agricultura Familiar.

Boa sorte, e felicidades para a sua luta!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, companheiras e companheiros que estão nas galerias.

Venho à tribuna desta Casa, na tarde de hoje, para comunicar aos nossos companheiros que nos visitam e mais aos Deputados que, no final de semana que passou, circulei por uma boa parte do Anel de Integração do Estado do Paraná. Cada local em que parava, ganhava um panfleto publicitário do Governo do Estado, para querer nos provar que o pedágio é bom.

O Gousbel, o assessor de Hitler, deve estar até vendo que ele fez pouco da publicidade, da quantidade que têm feito todas as empresas contratadas e o Governo do Estado, para querer nos dizer que, como a estrada está agora, que é como ela deveria ter estado sempre, ela está só porque tem empreiteira. Isso demonstra que o Estado do Paraná e os nossos governantes foram incompetentes para preservarem as estradas, pois elas deveriam estar assim sempre. Só que para fazer isso, tem que dizer que o Governo do Estado, como já foi afirmado pelo Deputado Péricles anteriormente, está cometendo o maior roubo da história paranaense.

As empreiteiras que estão executando a estrada que pensávamos que eram fiscalizadas pelo DER, pelo Governo do Estado, engano! Não! Elas estão sendo fiscalizadas por seis outros consórcios.

O Consórcio ESTEIO-AMPLA, leva, Senhores Deputados, R\$4.020.452,54 para fiscalizar, em 2 anos. O Consórcio ENEFER-ENGEMIN, R\$1.040.048,10; o Consórcio ENGEFOTO-DALLON-CAL: R\$2.372.400,00; o Consórcio VEGA-CONSEL: R\$1.648.111,92; o Consórcio PRODEC-UNIDEC: R\$1.192.078,13; o Consórcio SONDOTÉCNICA-ECL: R\$1.783.460,90. Dá um total de mais de 12 milhões de reais, que o Governo do Estado do Paraná tira do Tesouro do Estado, não é das empreiteiras que estão fazendo, tira do Tesouro do Estado e coloca em outras empresas, para fiscalizar os consórcios que estão executando os trabalhos.

Enquanto isso, o pequeno agricultor rural, ficou por mais de 3 anos sem nenhum real sequer.

Para que serve o DER? Para que servem os técnicos do DER? Para nada, podemos dizer. O Governo do Estado, se pelo menos obtivesse algum repasse das empreiteiras, e a partir daí gastasse na fiscalização, mas isso não ocorre. É o Governo mais privatizista que já existiu no nosso Estado. Ele, o próprio administrador, no intento de destruir o Estado, fazer com que o Estado paranaense não tenham mais capacidade de investir em infra-estrutura, saúde, educação e agricultura, passa a contratar.

Pelo amor de Deus! O que fazem os técnicos do DER que foram contratados e que até hoje conservaram, bem ou mal, as estradas? Mal, porque o nosso Governador nunca deu dinheiro para o DER, apesar de, às vezes, aprovado no Orçamento. Nunca

repassou, não deu condições de trabalho, ficou anos ocupando o Governo, sem fazer nada, esburacando as estradas, para depois justificar a privatização, a concessão privada, e depois, para fiscalizar, contrataram os consórcios.

É uma barbaridade o roubo que se concretiza em cima da população paranaense, por todos os meios, e por este meio dos consórcios para a preservação das estradas, e a cobrança do pedágio é outro grande roubo.

Farei uso do restante do horário do PT, e quero aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ler um manifesto em defesa do BANESTADO:

(Lê):

"MANIFESTO EM DEFESA DO BANESTADO"

Manifestamos os nossos protestos contra o Governo do Estado do Paraná que quer privatizar o BANESTADO.

O BANESTADO é um patrimônio do povo paranaense, e em seus 70 anos de existência, sempre esteve presente nos projetos de desenvolvimento deste Estado. De acordo com o DIEESE, a privatização do BANESTADO pode deixar 143 municípios do Paraná e 885 mil paranaenses sem nenhum atendimento bancário, pois o BANESTADO é o único banco a prestar atendimento em 143 municípios do Estado do Paraná, sendo 113 agências e 30 postos de serviços que prestam atendimento a 885 mil habitantes. Estes municípios irão juntar-se a outros 41 que atualmente não têm qualquer tipo de atendimento, representando mais 219.677 habitantes.

Além do mais o BANESTADO é um dos principais agentes financiadores do desenvolvimento, em especial o local, atendendo aos comércios municipais e regionais. Se privatizado, essas economias locais tendem a se desaquecer e os agricultores familiares que tem no banco sua principal fonte de repasse de financiamentos para sua produção, serão fortemente prejudicados, o que pode acarretar o aumento do êxodo rural, que hoje já sabemos, é um problema enorme para os grandes centros, pois aumentará substancialmente os índices de desemprego no Estado, que hoje só em Curitiba e região já ultrapassa a casa dos 150.000 desempregados.

Nós, os agricultores e agricultoras familiares, estamos reivindicando do governo do Estado a criação do FUNDAF (Fundo Público de Apoio à Agricultura Familiar). Este fundo tem o objetivo de viabilizar economicamente as mais de 400.000 famílias que desenvolvem a agricultura familiar no Estado, no entanto, sem o BANESTADO não haverá FUNDAF assim sendo, ninguém se viabiliza, e o resultado disso já conhecemos. É lamentável, que num ano eleitoral os nossos representantes políticos

não conseguem enxergar, que a prioridade hoje é gerar emprego e renda e não miséria e fome.

As privatizações de bancos em outros estados a exemplo do BANERJ e do Meridional, mostra que privatizar significa fechar agências e demitir.

Depois de privatizado, o Estado não terá como garantir agências pioneiras e postos de atendimentos, pois não terá mais controle sobre as políticas administrativas do futuro banco. Assim pode-se concluir que 1.104.529 habitantes de 184 municípios paranaenses enfrentarão dificuldades para realizar operação bancárias. Como exemplo podemos citar um cidadão que recebe sua aposentadoria no posto do BANESTADO no município de Ventania, terá que se deslocar 80 Km até o município de Castro ou Pirai do Sul, caso o banco determine o fechamento daquele ponto de atendimento.

Assim não podemos aceitar que o banco seja vendido, sem que a sociedade civil organizada debata amplamente a sua situação, levando em conta o perfil de atuação, forma de gestão e controle acionário."

Este manifesto feito pelos agricultores e agricultores familiares que aqui leio em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, composto pelo Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Irineu Colombo. Somamos a essa preocupação dos companheiros e companheiras, e podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores contra a privatização do BANESTADO, porque defendemos um banco que atenda as ansiedades e as necessidades do povo paranaense e um banco que tenha caráter de Desenvolvimento Social e Econômico para o nosso Estado, esse banco só é possível sendo Estatal e esse banco é o BANESTADO, que em 70 anos tem prestado esse serviço.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldim)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, visitantes aqui, na tarde de hoje na Assembléia Legislativa nossos companheiros agricultores, vêm aqui com mais um Grito da Terra.

Gostaria apenas, Sr. Presidente, usar este espaço, muito mais como Parlamentar especificamente. Mas, vim dizer o que acho para os nossos agricultores, já que vejo aqui, muitos dos quais nos reunimos por várias vezes para discutir o problema da agricultura, para dizer da posição que tenho em relação a agricultura de forma geral.

É um engano, na verdade é um erro de avaliação, imaginarmos que a Agricultura Familiar possa se viabilizar num País, que tenhamos a compreen-

são que o Governo Federal tem especificamente com relação a nossa agricultura.

Há poucos dias o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi ao exterior, e num discurso ele dizia que é inaceitável a proteção e o subsídio, que se davam aos países mais adiantados do mundo, especificamente na área da agricultura. E a nossa agricultura familiar é um a questão de concepção do País, porque muitos imaginam que os agricultores saiam das suas propriedades, e iam para as grandes cidades trabalhar nas indústrias, acho que estávamos tendo um período de revolução industrial naqueles países. Aqui no Brasil não, não teremos nenhuma revolução industrial. Portanto, se o governo não entender que a força do trabalho, tem que se manter na agricultura, e que a globalização não pode ser para a agricultura, como é em outros setores que diz o seguinte:

"Só sobreviverão os competentes e aqueles que sabem realmente competir no mercado." Não é a realidade do pequeno agricultor, porque não pode ele, mesmo que tenha conhecimento da tecnologia, não pode ele aplicar lá se não tiver condição financeira para fazer na sua propriedade. Então, é de concepção do País a salvação da agricultura familiar. Se o País não entender que a pequena agricultura, Deputado Vanhoni, é importante para a produção de empregos e que a pequena agricultura é viável, que não podemos estar importando produtos aqui em época de safra, da nossa safra, teremos, então, a valorização da agricultura e daí teremos a possibilidade de viabilizar a agricultura familiar.

Portanto, quero parabenizar os agricultores que estão aqui, parabenizar todos os agricultores do nosso Paraná e nosso Brasil que se associam, que se organizam, que buscam através da sua organização lutar em nome da agricultura familiar, porque senão vamos sucumbir diante da Política Agrícola Nacional, que nem é Política Agrícola Nacional, mas enfim é o rumo que está tomando a nossa agricultura.

E, em nome da Comissão de Agricultura, quero dizer que já discutimos aqui o FUNDAF por várias vezes, Sr. Presidente, discutimos aqui esse projeto que é um fundo para o apoio e o desenvolvimento da pequena agricultura, basta que tenhamos essa compreensão aqui no Estado também, que a pequena agricultura é importante.

Na última década, 25% dos nossos agricultores deixaram as terras, e são os mesmos 25% que encontram dificuldades aqui, de arrumar emprego em qualquer cidade de médio porte ou nas Capitais do nosso Brasil.

Portanto, esse projeto do FUNDAF, Sr. Presidente, teremos que dar o apoio necessário para que esse projeto ande, para que possamos apoiar esse

apoio importante para os agricultores, que foi aí um projeto apresentando pela Bancada do Partido dos Trabalhadores.

E, com relação ao outro projeto, estamos discutindo, está aqui o Deputado Carlos Simões, que já havia apresentado um projeto inclusive, o projeto da mudança da legislação para pequena indústria, na verdade a indústria caseira. E que nós, juntamente com o Deputado Irineu Colombo, já na semana que vem, concluíamos estudos com os membros das comissões.

Deveremos, então apresentar esse projeto para que seja aprovado aqui na Assembléia Legislativa. Então, gostaria de me solidarizar em nome da agricultura familiar. Se não houver a compreensão do que significa nesse País, teremos uma convulsão social, porque não terá emprego para a nossa gente, que sairá do campo por falta de apoio.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome da Bancada do PMDB, quero, na tarde de hoje, manifestar a nossa solidariedade a todos os agricultores presentes na sessão. Sem querer fazer proselitismo - porque é do conhecimento do Brasil inteiro - a grave situação que assola a nossa agricultura, especialmente com ênfase para a pequena propriedade. Aliás, Senhor Presidente, as dificuldades são enormes.

Vivemos no Paraná, hoje, problemas e mais problemas. É o problema do algodão - aquelas pessoas que acreditaram e se enquadraram no problema do algodão, hoje, infelizmente, estão pagando caro e com enormes dificuldades. É o problema dos avicultores, pequenos proprietários que integrados ao Frigorífico Chapecó, lá em Cascavel, 26 municípios, estão acampados há dois meses em frente ao Frigorífico, buscando uma solução que infelizmente não têm.

São as inúmeras propriedades rurais do nosso Paraná que se esvaziam dia após dia. Infelizmente, não observamos por parte dos Governos Estadual e Federal, programas que possam minimizar esta grave realidade. Acena o Governo com o programa "Paraná 12 Meses". Um programa tímido, Senhor Presidente, um programa que não atende os interesses da nossa agricultura, porque o interesse maior do nosso pequeno proprietário que hoje está enfraquecido, sem forças para poder fazer frente à situação de penúria. É o problema do crédito fácil a longo prazo, crédito através do qual ele possa melhorar a sua propriedade, sua qualidade de vida.

E o "Paraná 12 Meses", todos conhecemos, um programa que nesse primeiro instante atenderá 10, 12 famílias por município, fazendo com que as demais permaneçam nessa angústia e nessa perplexidade.

Quando o PMDB esteve no Governo, durante 12 anos, nesse Paraná, estabeleceu-se propostas de viabilidade da pequena propriedade, fez com que o proprietário rural, o pequeno produtor tivesse a qualidade de vida melhorada, com programas fantásticos de distribuição de melhorias para a propriedade e por conseguinte a vida dos produtores, agricultores, meeiros, bóias-frias, arrendatários e por aí afora.

Por isso, Senhor Presidente, finalizo aqui as minhas palavras, em nome da Bancada do PMDB desta Assembléia Legislativa, em solidariedade aos nossos trabalhadores rurais, que ano após ano se dirigem do interior do Estado para Curitiba, aqui vêm, fazem manifestos e aqui permanecem alojados de forma precária e terrível, e infelizmente voltam de mãos vazias e abanando. As promessas se repetem, são feitas e muitas vezes, lá nos barracos dos nossos agricultores - no "Grito da Terra" anterior - estivemos e muitos agricultores voltaram felizes com algumas promessas, mas depois caíram na triste realidade ao perceberem que não passavam de promessas que não se cumpriam.

Por isso, queremos deixar o nosso testemunho de solidariedade, e dizer que tanto o Governo Federal quanto o Estadual, precisam urgentemente estabelecer propostas - não no discurso, não no palanque, mas na prática de viabilidade da pequena, média e grande propriedades, do agricultor sem terra, do meeiro, do arrendatário, enfim, de todos que sobrevivem da agricultura, para a felicidade do Paraná e para a grandeza do nosso Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PDT. PPB. PTB. PFL. PL. PSN. PSDB. Liderança do Governo.

(Todos declinam).

Concedo a palavra no Horário do PMDB, ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, gostaria de registrar a nossa solidariedade, a exemplo do que já fez o Deputado Nereu Moura, com relação ao movimento que se encontra aqui nesta Casa de Leis. Sou de uma região onde predomina mais de 99% de pequenos proprietários rurais. Convivo, ao longo dos anos com eles, as dificuldades, as agruras e o abandono do

Governo Federal e do Governo do Estado, e porque não dizer, por parte até de algumas Prefeituras Municipais.

A nossa solidariedade com relação ao movimento, como esse "grito" que não vem somente da terra, vem dos morros, vem das comunidades, vem de todo o canto do nosso Estado e que se encontra e faz eco aqui dentro da Assembléia Legislativa. Que bom se esse grito não ficasse só dentro desta Casa e sim, pudesse adentrar, principalmente, nos corredores da "Casa Branca" do Estado do Paraná, que é o Palácio Iguazu. E pudesse ser ouvido também no Palácio da Alvorada, onde se encontra o Presidente da República. Que fôssemos todos recebidos com dignidade, e não como aconteceu há dias, os Prefeitos recebidos na base da baioneta, de cachorros e da milícia armada de Brasília. Lamentamos profundamente aquele episódio.

Contem com a nossa colaboração e com a nossa solidariedade sempre.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostaria de deixar aqui registrado uma matéria que me chamou muito a atenção durante este dia. Matéria dita pelo Secretário da Fazenda Giovanni Gionédís, que faz alguns comentários extremamente interessantes. O Secretário garantiu que nem o BANESTADO nem o Governo ficam com um prejuízo em decorrência do "mico", devido à inclusão do Banco estadual no programa de saneamento das instituições financeiras.

"O Banco Central incluiu as suas operações de compra de títulos no programa de saneamento, pois considerou a operação de difícil liquidação imediata", afirmou. "A dívida do Estado de Alagoas com o BANESTADO acabará caindo dentro do pacote de financiamento do Banco Central."

São 96 milhões que o Banco Central acaba de perder numa operação feita alguns anos atrás, onde foi objeto de denúncias do Senador Roberto Requião.

Quero deixar registrado essa nota, onde hoje, passado alguns meses, o próprio Governo do Estado do Paraná e, muito especialmente o Secretário da Fazenda, acaba reconhecendo que o Senador Roberto Requião, na época, estava coberto de razão quando dizia, para toda a imprensa do Brasil, que havia uma operação duvidosa no Estado do Paraná. Falava que o Paraná acabava de comprar títulos podres. E hoje essa expressão, inclusive, é utilizada pelo próprio Secretário da Fazenda, dizendo que os títulos do Governo de Alagoas são títulos podres. Mas ele diz: "Quem vai pagar esta conta numa operação irregular, indevida? Quem vai pagar?" Somos nós! É o povo brasileiro que vai pagar. Os senhores que estão aí em cima, nós que estamos aqui, os nossos comerciantes, os nossos agricultores, porque o Banco Central vai assumir esta dívida, segundo o

que está expresso aqui. Agora, o desvio das comissões, posto pelo Senador Requião, ninguém sabe para onde foi e o que deu.

Então, quero deixar registrado aqui, mais uma vez, que o nosso Senador Requião mais do que nunca estava certo quando levantou a questão dos títulos públicos em todo o território nacional e aqui no Estado do Paraná também. Hoje, o Secretário confessa que realmente, o Estado do Paraná já perdeu 96 milhões, porque segundo ele, não vai receber do Estado de Alagoas.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, a Liderança do Governo quer fazer uso do horário.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Com a palavra, o Líder do Governo, Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço uso da tribuna só para responder o ilustre Deputado Toti Colaço.

É importante quando se fala que o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná assume e que o Banco do Estado do Paraná "ficou com o mico". Isso é verdadeiro. Mas, o importante também é dar as explicações quando um Estado emite títulos públicos, é importante dizer que esses títulos públicos são avalizados pelo Banco Central e aprovados pelo Senado da República. O Senado da República aprova a emissão de títulos.

Quando dizemos isso, queremos dizer que todas as corretoras ligadas aos bancos estaduais têm o mesmo procedimento que o Banco do Estado do Paraná teve. E digo mais, este procedimento em que o BANESTADO obteve este prejuízo em governos anteriores, também a BANESTADO Corretora teve o mesmo procedimento: comparando títulos do Estado do Paraíba, que não é diferente do Estado de Alagoas.

O que temos, sim, é que lamentar que o Senado da República tenha dormido naquele exato momento, e aprovado a emissão de títulos, para que o Banco Central autorizasse colocar esses títulos no mercado.

Subi a esta tribuna para dar estas explicações, que é muito importante que se diga, para repetir aqui e não me tornar até cansativo, dizer que esses títulos que estavam no mercado eram avalizados pelo Banco Central, foram aprovados pelo Senado da República e em governos anteriores, não somente no atual, foram comprados também títulos de Estados para traçarmos aqui um comparativo do Estado da Paraíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

O Regimento Interno não permite a manifestação das galerias.

Por gentileza, mantenham-se como estiveram até o presente momento.

O SR. NELSON TURECK (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, queria registrar a presença do Prefeito da Cidade de Boa Esperança, Região Centro-Oeste do Estado do Paraná, o Prefeito Cláudio Gotardo, que brilhantemente vem fazendo um grande trabalho naquele município.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Esta Presidência se associa com os votos de boas-vindas ao nosso ilustre visitante.

Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se for para o Deputado Toti Colaço fazer uso da Questão de Ordem, para prosseguir no seu procedimento, quero dizer a Vossa Excelência, terá que nos conceder o mesmo espaço. Não é possível que a Questão de Ordem seja em cima dos pronunciamentos que fizemos em cima do Horário das Lideranças.

O SR. TOTI COLAÇO (Questão de Ordem)

Sua Excelência, Deputado Valdir Rossoni, estou muito calmo hoje. Não quero, de forma nenhuma, polemizar um assunto de extrema profundidade. Apenas dizer que foi dito nesta Casa, que quando foi falado dos títulos de Alagoas, foi dito que eram títulos quentes, e foi dito no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Não cabe a Questão de Ordem a Vossa Excelência.

Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Só queria registrar que a observância do Regimento, quando transgredir a elegância prevista no Regimento, acho que aí sim, cabe qualquer manifestação. Mas, a manifestação do Plenário foi uma manifestação elegante de desaprovação às palavras do Líder do Governo. Então, acho que está perfeitamente justificado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

O Regimento Interno é muito claro: as galerias não podem aprovar, nem registrar nenhum pronunciamento. É preciso que se mantenham em silêncio.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Queria dizer a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados, que a manifestação das pessoas que estão assistindo esta Sessão, é democrática e aceita com naturalidade. O que não posso aceitar é a postura do Deputado Vanhoni, querendo tirar proveito de situação que poderia debater comigo, de tribuna, e seria muito mais saudável do que procurar ter esse procedimento.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 747/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/98, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisa da Excepcionalidade - IEPE, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 747/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, entidade mantenedora do Centro Educacional Especializado Fênix, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, com área de 1.540,00m², parte dos lotes nºs 01, 02, 03, 04 e 05, da quadra nº 65, constantes das matrículas nºs 872, 873, 874, 875 e 876, todas do Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscri-

ção desta Comarca, localizados nesta Capital, no bairro Vila Lindóia, na esquina da Rua Oscar Wilde com a Rua Santa Joana d'Arc, sem edificações.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será cedida ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, para que ali construa as instalações e mantenha em funcionamento o Centro Educacional Especializado Fênix, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo da FUNDEPAR, tendo essa cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida a prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(a) CÉSAR SELEME - Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Oito aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Seis Deputados rejeitam.

Não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Jaime Hernando Besermann, por proposição do Senhor Deputado Caíto Quintana, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 747/97 e 062/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 197, 502, 505/97, 091, 100, 106/98

e do Projeto de Resolução nº 013/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 516/96, 156 e 207/98.

Levanta-se a sessão.